



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares

MARIA NOELMA OLIVEIRA DE VASCONCELOS

CONFLITOS ESCOLARES E UMA ESCOLA PARTICIPATIVA: A
CONSTRUÇÃO DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS
DENTRO DA ESCOLA

JOÃO PESSOA/PB

2014

MARIA NOELMA OLIVEIRA DE VASCONCELOS

**CONFLITOS ESCOLARES E UMA ESCOLA PARTICIPATIVA: A
CONSTRUÇÃO DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS
DENTRO DA ESCOLA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Fundamentos da Educação.

Orientadora Prof. Dr. Estevam Dedalus
Pereira Aguiar Mendes

JOÃO PESSOA/PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

V331c Vasconcelos, Maria Noelma Oliveira de
Conflitos escolares e uma escola participativa [manuscrito] : a
construção da mediação na resolução dos conflitos dentro da
escola / Maria Noelma Oliveira de Vasconcelos. - 2014.
37 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Prof.Me.Estevam Dedalus Pereira Aguiar
Mendes, Filosofia e Ciências Sociais".

1.Conflito. 2.Escola. 3.Conflito escolar. I. Título.

21. ed. CDD 371.782

MARIA NOELMA OLIVEIRA DE VASCONCELOS

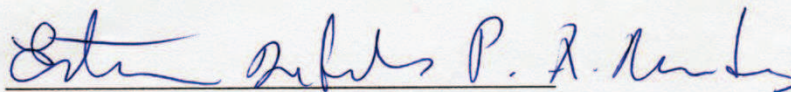
**CONFLITOS ESCOLARES E UMA ESCOLA PARTICIPATIVA: A
CONSTRUÇÃO DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS
DENTRO DA ESCOLA**

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Fundamentos da
Educação da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito para a obtenção
do título de Especialista em
Fundamentos da Educação.

João Pessoa/ PB

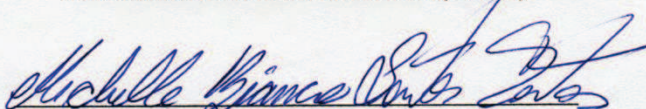
Aprovada em: 06/12/2014.

BANCA EXAMINADORA



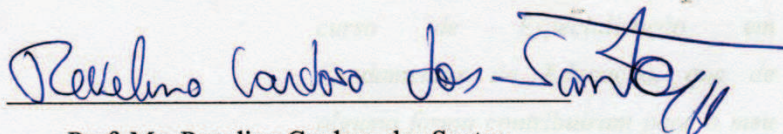
Prof. Me. Estevam Dedalus Pereira Aguiar Mendes (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ma. Michelle Bianca Santos Dantas

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Me. Revelino Cardoso dos Santos

Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)

Dedico este trabalho a todos os meus familiares e aos meus professores do curso de Especialização em Fundamentos da Educação, que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu pai, amigo e companheiro de toda a minha vida. Obrigada Senhor por me manter firme em meus ideais e pela oportunidade ofertada de construir uma vida de amor, dedicação e profissionalismo às pessoas que necessitem da minha ajuda. Obrigada Senhor por todos os momentos de alegria, por todas as amizades e todo conhecimento adquirido durante todo esse tempo de formação acadêmica.

Aos meus queridos pais, Maria Madalena e Solon Vasconcelos, pela dedicação, amor, confiança nos meus atos e escolhas. Muito obrigado por tudo, pois vocês são a essência da minha vida, minha razão de existir. Sem o apoio dedicado a mim, eu não poderia ser quem hoje eu sou.

Aos meus filhos Emanuelle Vasconcelos, Leonardo Filho e Solon Vasconcelos Neto. Muito obrigado pela força, pelo carinho, pela compreensão e amizade de sempre. Que sejamos sempre a família que construímos e acreditamos ser.

Ao meu esposo Marcos Antônio da Silva, pela sua paciência, cumplicidade, afeto e respeito os quais foram necessários para me fazer retornar ao equilíbrio e o andar passo a passo.

Ao meu orientador, professor Mestre Estevam Dedalus Pereira Aguiar Mendes, pela grande contribuição em meu processo de formação profissional e pelas ideias aqui compartilhadas, ensinamentos, paciência e por colaborar na construção desse trabalho.

À minha turma, que durante cinco anos convivemos juntos em sala de aula, compartilhando alegrias e tristezas, boas risadas e conhecimentos.

A todos os meus alunos que ensinei durante a minha vida de professora. Muito obrigada, vocês foram fundamentais para o meu crescimento e amadurecimento.

A todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização do meu sucesso profissional, me ofertando apoio e incentivo para a vida.

“Felizes são aqueles que aprendem a administrar seus conflitos, que aceitam suas oscilações de humor, que dão o melhor de si e não se autoflagelam por causa dos erros que cometem.”

Martha Medeiros

RESUMO

Propomos estudar os conflitos escolares em sua relação com a dinâmica escolar para entender dois processos fundamentais que envolvem o conflito na vida social e escolar. E para tanto é preciso compreender dois processos fundamentais dentro da estrutura dos conflitos escolares: o primeiro consiste em perceber o conceito de conflito e o de conflito escolar. O segundo consiste em perceber o processo da institucionalização da Escola até a construção de uma cultura de paz, passando pela resolução de conflitos que envolvem a mediação. E assim, defende-se que para a resolução dos conflitos é necessário a sua devida problematização, sem a qual não é possível resolvê-la. Para viabilizar essa construção ideológica de uma cultura de paz por meio da problematização utilizamos de artigos e bibliografias sobre o tema.

Palavras-chave: Conflito; Escola; Conflito Escolar;

ABSTRACT

We propose to study school conflicts in their relationship with the school dynamics to understand two fundamental processes involving the conflict in social and school life. And for that you need to understand two fundamental processes within the framework of school conflicts: the first is to understand the concept of conflict and school conflict. The second is to understand the process of institutionalization of the School to build a culture of peace, through conflict resolution involving mediation. And so, it is argued that for the resolution of the conflict to its rightful questioning is necessary, without which you can not solve it. To make this ideological construction of a culture of peace through questioning use of articles and bibliographies on the subject.

Keywords: conflict; school; School Conflict;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONSIDERAÇÕES TERMINOLÓGICAS	14
2.1	PROCESSO HISTÓRICO DO CONFLITO	16
2.2	CONCEITO DE CONFLITO.....	19
3	OS CONFLITOS ESCOLARES NA ATUALIDADE	22
3.1	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO	23
3.2	GESTÃO DOS CONFLITOS ESCOLARES	27
3.3	CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ	31
4	CONCLUSÃO	33
5	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

O homem enquanto ser social desenvolve competências e habilidades que permitem o desenvolvimento de relações sociais. De modo que, Jaime Pinsky em seu livro *As Primeiras Civilizações* considerou que o homem do ponto de vista social é o mais adaptado de todos os animais, capaz de formar facilmente instituições e se envolver em relações sociais e criar mecanismos de mudança e transformação social, apesar dessa afirmação ser discutida por outros estudiosos. E isso decorre dessa capacidade de se relacionar. E, na medida em que o homem consegue relacionar-se com outros indivíduos é possível habilitar-se no desenvolvimento das relações cognitivas e pessoais. Assim, estudar os conflitos escolares é essencial, tanto que uma pesquisa feita pelo site g1.com¹ com professores do Estado de São Paulo revelou que quase metade já sofreu algum tipo de violência nas escolas públicas de São Paulo, destacando a reportagem que em uma escola de Santos, um estudante de 15 anos agrediu uma professora de inglês, entre outros casos.

A criança contemporânea convive com sua família, considerando não apenas as famílias tradicionais², visto que temos inúmeros modelos familiares na atualidade que impõe distintos valores e concepções no desenvolvimento infantil. No entanto, na medida em que a criança necessita da saída para a escola, uma instituição humana, os conflitos são produzidos, por vários fatores, entre os quais podemos citar: as diferenças sociais que são formadas nos indivíduos na medida em que o poder público não garante a efetividade. E, como afirma Raymundo Faoro (2001),: “[...] O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou pré-capitalismo -, centro da

¹<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/05/quase-metade-dos-professores-de-sp-ja-sofreu-agressao-na-rede-publica.html>, consultado em 20 de setembro de 2014 às 14:00 horas.

² Na atual conjuntura a família não pode ser mais considerada enquanto instituição que antes era vista numa visão tradicional ou patriarcal. Hoje a família tem sido alvo de pesquisas das áreas das ciências sociais, da antropologia, da história, do direito, enfim, de vários campos de pesquisa. Nesse sentido, a família tem vários conceitos, entre os quais o de família nuclear patriarcal sendo definida como aquela composta por pai, mãe e filhos, em que o primeiro tem o poder de mando. No entanto, diante do poder que a mulher passou a desempenhar no mercado de trabalho e das circunstâncias sociais a família acabou se desenvolvendo de formas diversas, entre as quais pode se destacar a família mono-parental que é aquela composta por uma mãe e um filho ou um pai e um filho. Enfim, a família nada mais é do que a construção de relações sociais com o objetivo de conviver sob a mesma habitação.

aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal”³, de modo que acabou acentuando as diferenças sociais no Brasil. O que se demonstra é que a ausência de políticas públicas no Brasil é decorrente de um processo de transformação social e que no Brasil, decorre de um caso análogo por falta de participação política ao longo do processo histórico onde os donos do poder se aproveitaram dessa situação para lucrar com uma política social que deu certo.

Os grupos sociais são fortemente modificados por situações que acabam sendo formadas nas próprias relações grupais entre indivíduos e que são adaptadas em um processo de formação e transformação dos movimentos sociais e de sua participação dentro da sociedade. Entender o conflito escolar é parte de um processo de aprendizagem do educador, pois precisa se envolver no processo de aprendizagem do aluno, conhecer a realidade do aluno e assim ser mais que um simples reprodutor de conhecimento, dialogando com o aluno, objetivando levar o aluno a transformar uma realidade de violência e de conflito em uma cultura de paz por meio do conhecimento.

Propomos estudar os conflitos escolares em sua relação com a dinâmica escolar para entender alguns processos fundamentais. O primeiro consiste em perceber o conflito e as relações existentes na escola. O segundo consiste em perceber a relação do poder político formado na escola e a ausência de uma solução efetiva dentro do âmbito escolar, ou seja, demonstrar que a escola em razão da sua burocratização não consegue solucionar os conflitos. O terceiro e último aspecto consiste nas possíveis formas de minimizar os danos a professores e alunos dentro desse processo de violência escolar.

Diante desse cenário, dividimos o presente trabalho em duas partes fundamentais. Na primeira parte fazemos uma discussão teórica sobre a noção de conflito e seus desdobramentos. Isso é fundamental, porque não basta desenvolver soluções se estas não forem aceitas pelo grupo. É necessário, portanto, entender o conflito em sua relação social. Não é necessário ao pesquisador estudar apenas o conflito do ponto de vista meramente dogmático, devemos estudar o conflito como parte de uma relação de pertinência da qual fazemos parte.

No decorrer do trabalho, pretendemos analisar a origem da instituição escola produzida no Brasil no início do século XIX por ocasião da formação do Estado

³FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político brasileiro. São Paulo, Editora Globo, 2001, p.819.

Nacional e do projeto de Nação então construído. Para daí verificar como são vistos os conflitos escolares e encarados na prática e uma possível solução que é a mediação de forma problematizada, e por fim a construção de uma cultura de paz dentro das escolas não uma paz meramente formal, mas uma cultura de paz para ser problematizada a violência nos diversos ambientes escolares.

2 CONSIDERAÇÕES TERMINOLÓGICAS

O conflito escolar é um dos temas em alta nos estudos acadêmicos. Alguns autores associam ao crescimento da violência e aumento do consumo de drogas. No entanto, nos parece um pouco apressada uma resposta que reduz a análise do conceito do conflito simplesmente ao aparecimento da violência e das drogas. Estas podem produzir conflito, mas nem todo conflito é decorrente de tais fatores. Inicialmente o que acreditamos é que o conflito está inscrito nas relações sociais estabelecidas por uma questão de “ordem intuitiva” do homem que é a alteridade, ou seja, a diferença de formas de viver, de pensar, de conviver, de existir. As diferenciações sociais, as relações de poder e as visões de mundo antagônicas estão intrinsecamente ligadas ao conflito. Ele pode ser entendido também como um processo de associação. Simmel (2010), argumenta que o conflito tende a dissolver dualismos, estabelecendo unidade – mesmo que essa implique na supressão de uma das partes divergentes.

O conflito é condição essencial das relações sociais, das sociedades “arcaicas” às “modernas”, conflitos ocorrem em diversos contextos. Desde as primeiras amizades formadas por uma criança até disputas no mercado de trabalho. De modo, que a formação do Estado Liberal Burguês que definiu as delimitações após a Revolução Industrial de 1780 e a Revolução Francesa de 1789, em que se determinou a diferenciação entre os interesses dominantes e formados pelos grupos de poder apoiados pela burguesia que se apoiaram na Revolução Francesa e o grupo dominado que em nada se beneficiou da Burguesia e acabou por gerar as desigualdades produzidas pelo próprio sistema.

Assim, nessa ordem básica de contradições sociais e reconstrução de uma nova ordem estabelecida a educação, acabou por ser produzida de forma diversa da que foi produzida ao longo da história pelos grupos dominantes. Pois, a contradição básica entre o capital e o trabalho acabou por expressar a dominação das consciências e a necessidade de manutenção e reprodução dos bens e serviços essenciais para a sociedade.

Diante desse cenário, Maria Elizabete Xavier, em sua obra Poder Político e Educação da Elite, afirma que:

“Nesse contexto, a escola passa a assumir a função estratégica de transmissora de formas de justificação da divisão do trabalho vigente e de persuasão à aceitação da condição de exploração das classes dominadas. Contudo, seria ingênuo supor que a escola assim se manifestasse como uma expressão direta das relações de classe. O seu sucesso enquanto aparelho ideológico está justamente na sua capacidade de dissimular as suas verdadeiras funções e aparentar independência em relação às condições contextuais a que serve⁴.”

Nesse sentido, a função da escola é de reproduzir os sentidos de justificação das relações sociais inerentes ao conflito, ou seja, na medida em que os conflitos vão se formando a escola busca cada vez mais distanciar as relações entre ricos e pobres, o que permite que a ausência de efetividade de políticas sociais adequadas para poder dar qualidade ao sistema educacional de forma justa, cada vez mais é distanciado por uma relação de poder.

E a ausência de políticas sociais mais adequadas dentro do processo educativo, leva inevitavelmente a formação de processos educativos fora de ambientes institucionalizados, gerando uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos transmitidos de forma específica e sobre uma didática formal (através de técnicas e instrumentos dos processos pedagógicos como giz, lousa, e na melhor das hipóteses utilização de data show), e considerada única pelos detentores do poder.

A consciência da luta e da formação do papel de cada jovem dentro de um processo de aprendizagem que não se reduz a mera substituição da forma, mas um verdadeiro processo de conscientização da coletividade e do processo de transformação da verdade, do mundo e da consciência que o grupo escolar terá em consideração. De acordo com Maria da Glória Gohn, em seu livro, *Movimentos sociais e Educação*, consideram todo esse movimento como parte de um processo educacional, em que se buscou a todo custo a formação das transformações da cidadania popular e “cidadania coletiva”, para utilizar a expressão da autora.

⁴XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Poder Político e Educação de Elite*. São Paulo, Editora Cortez, 1980, p. 123.

A próxima etapa está dividida em duas partes. A primeira trata do processo histórico do conflito. A segunda faz uma análise do conceito do conflito para diversos autores e sua concepção na atualidade.

2.1 PROCESSO HISTÓRICO DO CONFLITO

Os conflitos existem desde o início da humanidade, fazem parte do processo de desenvolvimento e progresso dos seres humanos, necessários para o desenvolvimento e o crescimento de qualquer sistema familiar, social, político e organizacional. Não é possível precisar de forma cronológica a sua origem entre homens, principalmente porque nas sociedades pré-históricas não existiam registros escritos. No entanto, já distinguimos esses conflitos no que tange as disputas políticas e diplomáticas na Antiguidade que foi na região conhecida como Mesopotâmia. Do ponto de vista judaico-cristão, podemos situar o primeiro conflito ocorrido no *Jardim de Delícias*, mais conhecido como Jardim do Éden, que tem sua narrativa repetida em todos os livros sagrados nas três principais religiões monoteístas do mundo: Cristianismo, Judaísmo e Islamismo. Nas três versões, diz-se que houve a criação do homem e da mulher e de tudo que Deus fez era bom. Ocorre que depois, veio a serpente e de repente acabou por influenciar a mulher na decisão de comer o fruto proibido, do conhecimento do bem e do mal. Eles passaram a perceber que estavam nus e buscaram folhas para se cobrir. Foi quando apareceu o Deus Todo Poderoso e chamou por eles e os expulsou do Paraíso. Essa narrativa adaptada mostra a instalação do conflito e o que se percebe é que mesmo numa relação mítico-religiosa, o conflito mantém-se através do diálogo e torna-se uma problematização. Deus vai explicar a Adão o seu erro e quais as consequências, bem como para a mulher e para a serpente.

Nesse sentido, o conflito é constituído nas suas mais diversas formas e condições sociais. Tentamos solucionar alguns desses conflitos com regras de conduta social, que podem ser leis de aplicação para todos e podem ser também de aplicação para pequenos grupos, como, por exemplo, numa família os grupos sociais familiares as regras são de observação de todos os membros daquela família e quem dita as regras, normalmente é o homem (chefe) ou a mulher (líder), dependendo do tipo de sociedade que se estabeleceu, criando-se assim, condições de resolução dos conflitos, apesar de, nem sempre, elas serem as soluções dos mesmos.

Se por um lado, podemos dizer que as primeiras manifestações de pacificação dos conflitos surgem nos grupos domésticos, por outro, não se considera os aspectos religiosos de formação do conflito que consideramos anteriormente.

Aqui não temos condições de fazer uma sistematização de todos os conflitos importantes, seja do ponto de vista político-diplomático, seja do ponto de vista religioso, ou cotidiano – mas sim, buscar na origem os processos que desencadearam o desenvolvimento dos conflitos. E principalmente demonstrar que os conflitos são inevitáveis, seja na sociedade contemporânea, seja em sociedades arcaicas. Muitas vezes os conflitos perpassam pelas próprias relações de sobrevivência e o que se tem que considerar é que cada época deu uma determinada resposta sobre o conflito.

A sociedade babilônica, por exemplo, acreditou que a melhor solução para a pacificação dos conflitos era responder uma questão punitiva com outra questão punitiva, desenvolvida no princípio *Olho por olho, Dente por dente, como vistas* nas sociedades consideradas de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Com a produção de uma nova sociedade fundada em princípios de desenvolvimento social e de igualdade, liberdade e fraternidade – princípios fundamentais da Revolução Francesa e das Constituições que se baseiam no republicanismo acabam por fomentar o desenvolvimento social e retirar as desigualdades sociais do mundo. No entanto, verificou-se que a Revolução Francesa não foi capaz de retirar as desigualdades sociais, na realidade, aumentou-as com a produção do capitalismo e de uma maior quantidade de riquezas na mão de poucos.

As duas grandes guerras no século XX acabaram por fomentar o desenvolvimento de um modelo liberal em que houvesse a intervenção do Estado em determinadas situações para que pudessem ser solucionados e pacificados os grandes conflitos mundiais, em questões territoriais ou religiosas, como exemplo. Do mesmo modo, diante os conflitos particulares, o Estado também os tomou para si, como a defesa de direitos do consumidor, a violência doméstica, entre tantos outros aspectos que envolvem a vida cotidiana. E diante desse cenário de mudança social, os conflitos normalmente são discutidos e problematizados no seio das universidades como, por exemplo, a questão das cotas, o feminismo, a violência doméstica – para que o Estado

possa dar respaldo a partir de seus parlamentares que representam o povo por excelência⁵

Diante desse pequeno desdobramento histórico pode se perceber que o conflito pode desenvolver inúmeras formas de desenvolvimento que vão desde a mutilação, como nas sociedades Babilônicas, até o desenvolvimento das sociedades capitalistas do século XX, que após o ciclo de duas guerras entregaram ao Estado o poder de orientar a vida dos particulares para que os chamados grupos minoritários possam viver e ter as mesmas condições de igualdade que outros grupos sociais.

Não se pode pensar que somos mais avançados ou desenvolvidos que outros povos pelo fato de sermos portadores de uma ideia de civilidade que antes não se tinha pensado que é a do diálogo. Mas, é interessante perceber que por vezes a nossa sociedade acaba por fazer atrocidades maiores do que as sociedades antigas ou consideradas arcaicas, como a morte arbitrária de pessoas por considerarem o pensamento ou a opção diferente daquele agressor. Seja como for, as sociedades são filhas de seu tempo, se desenvolvem, crescem, proliferam o seu crescimento e se desenvolvem. Segundo Karl Marx, em sua obra *Crítica a Economia Política, O Capital Volume I*, todas as sociedades efetuam um processo de desenvolvimento social como crescimento de produção, e transformação social. Apesar de alguns autores como Perry Anderson, considerar o sistema capitalista um processo evolutivo, em que às antigas sociedades seriam suprimidas, mas tenderiam a ser uma aproximação do capitalismo.

No entanto, até o momento as sociedades capitalistas não desmoronaram; simplesmente se adaptaram e cresceram a ponto de não existir na atualidade a capacidade de outro sistema que possa suprimir o desenvolvimento capitalista. Seja como for o crescimento do capitalismo deve ser encarado como um desenvolvimento social que foi específico das peculiaridades do sistema social então existente, ou seja, poderia ter sido criado outras formas de existência social, no entanto pelo desenvolvimento que a sociedade do Antigo Regime acabou por tornar mais viável o desenvolvimento capitalista, e assim as transformações que acarretaram no sistema não podem ser pensadas como às únicas possíveis, mais uma entre às tantas possíveis. O capitalismo não é o melhor, mas o que foi formulado a partir das relações sociais

⁵ E perceba que o povo na atualidade não representa uma pequena parcela da população, mas todos que compõe o povo brasileiro.

existentes então com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. E assim, atribuiu-se função única ao Estado para a resolução dos conflitos.

2.2 CONCEITO DE CONFLITO

O conflito é um fato da vida em sociedade e que é relativo às diversas situações por nós vivenciadas, inclusive muitas foram as pesquisas que até a atualidade foram desenvolvidas por historiadores a esse respeito, tratando principalmente das consequências da violência como às guerras, as revoltas, os conflitos formados nos diversos processos submetidos à diferenciação.

Nesse sentido, cabe aqui diferenciar o conflito da violência. Pode-se dizer que violência e conflito são palavras próximas que expressam praticamente o mesmo sentido. Em que, a violência é o ato de agressão e o conflito é o ato de discórdia. No entanto, há momentos em que o conflito pode se tornar violência. Por exemplo, uma discórdia efetuada entre um aluno e um professor em sala de aula a respeito das relações de gênero, pode gerar uma violência psicológica. De modo que Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva em seu Dicionário de Conceitos Históricos determinam que, a respeito da formação da violência associam-se as desigualdades sociais. Desse modo, vejamos:

“Consideremos o surgimento das desigualdades econômicas na história: a vida em sociedade sempre foi violenta em escala inédita no reino animal. Por outro lado, nas sociedades complexas a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexaria. Essa desigualdade social é o fenômeno em que alguns indivíduos ou grupos desfrutam de bens ou valores exclusivos e negados à maioria da população e da sociedade⁶”.

Assim, pensar a violência é mais do que simplesmente pensar um ato de bater ou de agressividade, pois está em volta das relações de poder. Assim, o conflito tem se formado dentro de um ambiente de desigualdades sociais. Dessa forma, a partir das

⁶ SILVA, Kalina Vandelei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2006. In. Violência, pp. 412

primeiras notas podemos dizer que a violência e o conflito, da forma como estamos tratando, podem ser vistos como sinônimos, mas para evitar complicações de significados, vamos utilizar o termo conflito, por ser mais específico e se referir as primeiras discussões e circunstâncias formadas no ambiente escolar.

Um segundo aspecto diz respeito aos processos formados na convivência social, inerentes à vida social. Não podemos precisar a origem dos conflitos nas sociedades, mas o fato é que existem. Portanto, a violência é exercida por imposição dos grupos sociais dominantes, que podem ser classificados de duas formas: a) Por fato da vida social – as condutas que os grupos dominantes impõem de forma costumeira a outros grupos a que dominam, por exemplo, o aluno deve obedecer ao professor de toda a forma, pois este detém superioridade sobre o aluno e hierarquia e caso não o obedeça, o aluno sofrerá uma punição. E percebe-se que muitas vezes essa imposição vai sendo formada ao longo das relações sociais, acabando por deturpar a vida social dos grupos vulneráveis. Mas, atualmente, o que se predomina não é a imposição, e sim, o diálogo e a construção de opiniões, de modo que esse tipo de dominação vem sofrendo cada vez mais; b) Por imposição Legal – que é a condução de imposição para a vida social feita pela elite, e que na sociedade brasileira é exercida pelo legislativo. Por isso, é uma imposição por meio do poder que se faz no exercício do direito à cidadania, da participação popular, na qual o povo escolherá quem fará às leis. Entretanto, o que se verifica cada vez mais é que, com a produção dessas leis, acabam formando uma opinião única sobre determinada lei e que deve ser obedecida por todo, com o argumento “sob pena de responsabilidade”, ou seja, quando não se cumpre o que está na lei, o gestor poderá ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente por quem tem competência para fazê-lo. E este poder exercido pela lei é formado de uma violência permissiva para o equilíbrio das relações sociais e só produzirá efeitos quando, de sua entrada em vigor, todas as pessoas quiserem que sejam obedecidas de forma uniforme por toda a coletividade. Dessa forma, as duas formas de imposição são formas de violência.

Dessa maneira, a violência pode ganhar diversas formas, entre as quais a violência anônima ou a também chamada violência psicológica, que pode ser caracterizada como toda a manifestação de coação por uma pessoa ou grupo social, exercida contra outra, de forma a constranger ou submeter a outra pessoa a uma situação desagradável. É um fato que ocorre costumeiramente nas escolas, por exemplo, quando

o professor diz que o aluno nunca terá condições de passar no vestibular, ou que não tem capacidade e/ou intelectualidade para auferir notas altas, ou que nunca será alguém na vida. Esses fatos acabam por diretamente agredir o aluno, levando a condição de inferioridade, o que ocasiona uma violência psicológica ou anônima. Nesse sentido, Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2006), conceituam essa violência como sendo anônima e da seguinte forma:

“Para os sociólogos, uma forma característica de violência social é a chamada violência anônima, sendo anônima a situação em que o sistema de valores de uma sociedade perde sua força, e esse sistema passa a ser desrespeitado por seus membros. Assim, o que caracteriza a violência anônima são as atitudes agressivas de determinados grupos em uma sociedade em que as normas e a lei estão em vigência⁷.”

Desse modo, as manifestações da violência devem ser combatidas com a participação social e a demonstração da necessidade de participação do jovem aluno, da criança e do adulto no mundo da escola, de sua realidade como foi demonstrado por projetos e práticas educacionais de reorientação educacional, após a ditadura Militar nos anos de 1980. Tais como o movimento de Reorientação Curricular (Gestão Paulo Freire), Escola Plural (Belo Horizonte), Escola Cidadão (Belo Horizonte), entre tantos outros existentes no Brasil.

O conflito é um fato existente na escola, mas o que se deve buscar efetivamente é a inserção do aluno no mundo do professor, com participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, na participação dos grêmios estudantis e principalmente nos fóruns de discussões sobre o combate a criminalidade, o uso de drogas e a promoção de uma cultura da paz dentro das escolas.

Diante desse cenário, Corinta Geraldi, em seu artigo intitulado *Escola Viva: Política Educacional por uma Escola contra a barbárie*, mostra que no Estado de São Paulo o índice de desenvolvimento humano invejável é acima de 0,8%, sendo considerada uma cidade pólo, contando com grandes centros de pesquisa. E por outro lado, mostra um alto índice de vulnerabilidade social e, na mesma pesquisa, pode se constatar com uma diferença de rendimentos de quase 500 vezes. Os dados demonstram que as pessoas estão sempre em volta de grandes mudanças no nível econômico e

⁷ Op.cit. p. 413.

social. Por isso, os jovens que ingressam na Escola Pública sempre estiveram associados aos mais baixos índices, só que temos percebido que com a ingestão de governos democráticos, tem-se modificado a mentalidade e os alunos da rede pública também modificaram suas mentalidades, levando-se a pensarem criticamente e a não serem encarados na mesmice.

Desse modo, buscamos neste artigo, discutir os aspectos associados ao conflito e as relações de pensamento e formação ao longo dos anos e sua perspectiva teórica, relacionando os principais aspectos com a educação e a convivência escolar. Posteriormente, iremos fazer uma análise de como esse conflito tem sido formado no ambiente escolar.

3 OS CONFLITOS ESCOLARES NA ATUALIDADE

O conflito escolar conforme demonstramos no capítulo anterior está ligado a formas de interação, a interesses divergentes, além assumir contornos novos a partir das mudanças históricas. Desde a implantação da educação de forma institucionalizada nos séculos XVIII e XIX, novas formas de conflito se instalaram. Porém, é bem verdade que nos primeiros séculos da implantação da educação na Europa no século XVIII e no Brasil no século XIX, o conflito apareceria de forma bem menos significativa do que na atualidade. Período que a escola se tornou mais democrática.

A escola de forma institucionalizada no Brasil surge no século XIX, voltada exclusivamente para elite. Ocorre que as escolas no final do século XX e início do XXI passaram a ser feitas tanto para pobres quanto para ricos. Os conflitos passaram a ter uma dimensão muito maior do que a existente em épocas anteriores. Na medida em que as diferenças sociais aparecem os conflitos surgem, alternativas para sua superação se faz muito necessárias. Na antiga Babilônia existia a lei do talião, baseada no princípio “olho por olho, dente por dente”. No entanto, com a constitucionalização dos direitos do homem no século XVIII e o seu processo de desenvolvimento enquanto estudo da sociedade, os conflitos passaram a ser “solucionados” mediante a presença de autoridades, ou seja, quase sempre a forma de dominação que se apresenta é a por imposição legal. Atualmente, não se pode solucionar os conflitos com as próprias mãos, mas sim com a intervenção do Estado para fazer, seja por meio de autoridade policial,

seja da própria Administração Pública, seja por meio do Judiciário para que assim possa pacificar os conflitos.

Essas autoridades têm a competência entregue pelo Estado para solucionar conflitos então existentes em relações sociais. Por exemplo, quando uma criança briga com outra, a que foi espancada normalmente se dirige a presença de um adulto de sua confiança para relatar o ocorrido e este normalmente toma uma determinada atitude para solucionar esse conflito. Da mesma forma é o Estado, este ente com personalidade jurídica própria que dá competência (atribuições), para que outros órgãos, como as escolas, possam solucionar conflitos produzidos em seu ambiente social.

É comum a presença nos noticiários de inúmeros conflitos formados no ambiente escolar, muitas deles resultam em violência. A exposição midiática acaba criando pressões para que a escola solucione tais problemas. Mas, qual seria a solução? O que a escola pode e deve fazer para que os conflitos sejam diminuídos ou pelo menos amenizados? Essas questões nos norteiam para analisar a violência escolar na atualidade e demonstrar que a ausência de diálogo nos diferentes segmentos escolares está no centro dos conflitos.

Nesse contexto, pretende-se discutir neste capítulo a institucionalização da Escola e sua relação com o exercício do poder, a gestão dos conflitos escolares e a construção de uma cultura de paz nas escolas.

3.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA E A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

A escola é proporcionadora da formação social e cultural do alunado. E essa formação social e cultural é propiciada de diversos meios como debates, seminários, apresentações teatrais e o diálogo com a família, conforme prevê o texto constitucional de 1988.

O desenvolvimento social e cultural do jovem na escola esbarra muitas vezes em dois aspectos: as relações de poder e o diálogo com a família, uma vez que, ambos são processos nos quais se envolvem uma formação contínua e homogênea dessas relações estabelecidas. Saliente-se ainda que a família passa também pelas relações de poder que é imposta normalmente pelos pais e para obediência dos filhos.

A dominação é uma forma de exercício do poder que é realizado por pessoas que são reconhecidas socialmente no grupo do qual participam. E esse poder pode ser feito por um líder da comunidade que se desenvolve, por um líder do poder formal ou qualquer pessoa do povo que tenha condições de liderança. Nesse sentido, poder e dominação são duas manifestações muito próximas que fazem com que o conflito muitas vezes se estabeleça, pois quando o líder não exerce o poder de forma coerente, acaba-se por efetuar um fato menos coerente e mais abusivo ao grupo que está sendo dominado.

A família por sua vez é uma das mais antigas instituições da história e que acaba por ser o formador dos seus primeiros laços de amor e afeto, o qual dará condições de fazer com que a família seja formada por diferentes mudanças sociais. A família, talvez por ser a instituição mais antiga da sociedade, passa a ser modificada mais lentamente, e por isso tendem a permanência, principalmente no que tange a educação dos filhos. Por exemplo, quando os pais desenvolvem a formação dos filhos, ela se faz de forma homogênea, com o que se desenvolveu pelos pais, ou muito semelhante.

Dessa forma, quando a criança sai de casa para a escola, no processo de homogeneização do conhecimento, ela se depara com uma nova relação de poder institucionalizado, que é o poder instituído na escola. Assim, a escola é a produção desenvolvida pela escolástica no século XII e XIII, que busca a produção do conhecimento de forma homogênea.

No período de implantação da Educação no Brasil oitocentista, o que se observa é que a formação da Educação esteve associada à construção do modelo de Estado Nacional. Nas leis e legislações existentes na época da formação do Estado Nacional observa-se como aconteceu a configuração da instrução nos primeiros anos da Educação no Brasil.

De acordo com Ananias (2012), a instrução pública no século XIX era concebida da seguinte forma:

"Na forma de ensinar a escrever, materializando o conflito característico desse momento de transição, também encontramos a presença dos ensinamentos religiosos e ufanos, imbricados numa exaltação ao amor à religião e à pátria; assim manifestos: os dogmas e os preceitos da religião, as

regras da moral, passagens da história do Brasil em sujeição à pátria; além do ensino e da recitação do catecismo.

Ainda nessa perspectiva, para a divisão dos estudos, os alunos deveriam ser agrupados por classes assim distribuídas: 1ª Classe: algarismos e numeração; 2ª Classe: somar e diminuir; 3ª Classe: multiplicação; 4ª Classe: divisão e na 5ª Classe: quebrados, regra de três e de companhia etc. Para verificação da aprendizagem, todos os anos, cada escola deveria realizar um exame geral antes das férias de natal. O resultado deveria determinar se o aluno poderia passar para uma divisão superior ou se teria os estudos concluídos. Ressalvava-se que nenhum aluno poderia ser elevado a uma divisão superior sem ter provado, por exame, que possuía o conhecimento que fora ensinado na divisão anterior, demarcando, nessa organização das aulas, o que já anunciamos como prenúncios dos princípios da escolarização considerada moderna." (ANANIAS,2012, p. 239)

Diante desse cenário o que se percebe é que a escola deveria efetuar a formação do aluno e para que este fosse apto a avançar os níveis superiores, era necessária a verificação de um exame que seria a forma de aprová-lo para o nível subsequente. Diante desse contexto, a escola exerceu um profundo caráter de dominação perante as pessoas a ela subordinadas, e uma das formas de dominação nada mais é do que a existência de exames para verificar se aquele aluno está apto ou não para passar para a próxima série.

Nesse contexto, percebe-se que ao longo da história da educação, a dominação foi exercida sempre de forma impositiva aos alunos, para que estes obedecessem totalmente aos seus líderes, de forma a não efetuar qualquer tipo de mudança ao padrão estabelecido. A educação deveria ser feita de forma padronizada e homogênea para levar com que os diversos autores não participassem do processo, mas apenas fosse manipulado pela elite dirigente. Dessa forma, não haveria qualquer possibilidade de diálogo entre a população e o Estado na ingestão de políticas públicas na Educação.

Ao acompanhar o processo de desenvolvimento da Escola, houve no Brasil, a formação do Estado Nacional que teve sua consolidação por meio do Processo de Independência do Brasil. Nesse sentido, o Brasil começa a se consolidar definitivamente com a outorga da sua primeira carta Constitucional, momento em que houve o reconhecimento da Independência por Portugal. Na medida em que, houve o desenvolvimento de todo o processo de independência e com a outorga da Constituição

de 1824, ter-se-á a verdadeira formação da busca por uma identidade nacional. Pois, até aquele momento o Brasil não é mais pertencente a Portugal, mas é um Brasil que busca identidade e que, na verdade, ainda não tem sua homogeneidade definida.

No mesmo sentido, o Brasil cada vez mais busca sua independência perante o mundo e sua participação da economia global. Para tanto, era necessário que se fizesse a formação de uma educação eminentemente nacional. Ou seja, que houvesse escolas para a produção do conhecimento e que buscasse desenvolver o padrão desenvolvido na Europa. E a escola que se desenvolvia no Velho Mundo tinha a conotação sempre de um conhecimento formado para todos de forma única, universal, seguindo as regras positivistas de Augusto Comte e sem qualquer contestação pelos alunos. Nesse sentido, o que sempre estava em voga era uma população em grande parte analfabeta onde quem tinha forte poder aquisitivo poderia ter condições de ir à Europa, realizar seus estudos e voltar como um doutor.

Assim, após a consolidação da Constituição de 1824 e com as primeiras transformações nos centros legais de poder sobre a Educação começou-se a fazer uma mudança muito drástica nesse processo educacional. Os alunos não necessitariam mais ir para os grandes centros europeus para poderem desenvolver seus estudos, mas simplesmente teriam condições de estudar livremente nas escolas que começavam a se desenvolver naquele momento.

Ressalta-se que ao longo do Brasil colonial, a educação esteve sob o domínio exclusivo da Igreja Católica, o qual foi exercido pelos jesuítas, por oportuno, quando foram expulsos na segunda metade do século XVIII, acabou-se por não existir mais educação formal feita pela Igreja. Com efeito, após a expulsão dos jesuítas a educação esteve sempre associada à Europa.

Na medida em que houve a criação dos institutos históricos e geográficos brasileiros (IHGB), começou-se a desenvolver a instituição das escolas que quase sempre buscavam ser relacionadas a um processo de democratização escolar. E esse processo pode ser considerado democrático porque passou a ter acesso à educação, todos considerados cidadãos pela Constituição de 1824.

Não obstante a formação e consolidação do Estado Nacional que se perpetuava, houve a produção de escolas, bem como o ensino continuou a ser informal e passou a ser exercido por mulheres. Assim, dois tipos de ensinos passaram a ser desenvolvidos:

um primeiro, formal e institucionalizado, e um segundo ensino, baseado nos costumes e nas relações cotidianas.

3.2 GESTÃO DOS CONFLITOS ESCOLARES

O conflito aparece da diferenciação, da alteridade, e com isso, a Escola tem que buscar perceber dentro dessa diferença existente nos vários grupos sociais, uma forma de buscar uma solução de forma dialogada, pois nada que se ponha de solução pode ser pensada que não passe por viés do diálogo num Estado como o do Brasil que se declara *Democrático de Direito*. E de tal sorte deve-se observar princípios norteadores como o da igualdade, o da eficiência, o da moralidade, bem como o do interesse público. Esses princípios permitem que a gestão escolar solucione os conflitos garantindo o interesse público⁸ e que as decisões tenham o respaldo de todos. Isso não significa que não possa ser questionada; pode, mas deve ser legitimada no sentido de que tenha ocorrido um diálogo entre os setores e partes que compõe o grupo escolar.

E desse modo, concebemos que a melhor forma de solucionar os conflitos escolares é a mediação. Pois, na medida em que se tenta e formula a mediação, é possível perceber a capacidade de reformular as relações sociais. De acordo com Álvaro Chrispino⁹, a mediação é capaz de:

“[...] induzir a uma reorientação das relações sociais, a novas formas de cooperação, de confiança e de solidariedade; formas mais maduras,

⁸Permitir o interesse público na Escola é fazer com que a decisão tomada envolva a maior quantidade de pessoas daquela comunidade e de forma satisfatória. Portanto, se a Escola é um ambiente de comunicação entre alunos, professores, funcionários e família, deve buscar dentro da solução dos conflitos o melhor interesse para a comunidade. Se, por exemplo, um aluno é usuário de drogas em uma escola não se pode expulsá-lo, simplesmente pelo fato dele ser usuário. Mas, deve-se sim, pensar o que vai acarretar a sua expulsão, dialogando com os funcionários, professores e até com a família do jovem para que esta saiba o que está acontecendo. Só assim, reunindo as diversas opiniões, possa dirimir o conflito e tomar a melhor decisão para o caso. O interesse público é aquilo que vai ser o melhor para a comunidade, e não, para uma minoria.

⁹ CHRISPINO, Álvaro. Gestão de conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 15, p. 11-28, 2007, p. 23.

espontâneas e livres de resolver as diferenças pessoais ou grupais. A mediação induz atitudes de tolerância, responsabilidade e iniciativa individual que podem contribuir para uma nova ordem social.” (CHRISPINO, 2007, p.23)

Nesse sentido, a mediação muitas vezes é capaz de promover o desenvolvimento da educação e o crescimento de jovens conscientes do seu papel na sociedade, possibilitando com que os conflitos sejam solucionados de forma efetiva. E desse modo, as escolas devem começar a perceber que existem conflitos e utilizar de mecanismos para trabalhá-los e reorientá-los.

Uma questão que deve ser pensada ao desenvolver a possibilidade da mediação é a de desenvolvimento de uma tarefa que forneça às possibilidades de atuação de diversos profissionais ligados a educação, tais como psicólogos, assistentes sociais, professores, apoio pedagógico. Enfim, a atuação escolar envolve a formação completa da Escola para que possa ocorrer o desenvolvimento da gestão escolar na solução dos conflitos escolares.

Para tanto, é preciso entender os mecanismos de atuação da mediação. Assim, diante da análise dos processos de resolução dos conflitos feitos na direção da Escola Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral, se percebe que os melhores mecanismos de solução dos conflitos são: a) caracterização ou existência do conflito; b) Primeiras conversas com psicólogos para entender o que aconteceu; c) identificar a versão dos envolvidos; d) chamar os pais para conversar; e) reunir todos os envolvidos no conflito para uma possível solução do conflito. E somente uma solução por meio da mediação possibilitará que se efetue a aprendizagem para o aluno e realização pessoal para os gestores.

Deve-se começar o trabalho de mediação através da recepção, ou seja, o acolhimento do indivíduo no processo de perceber seus principais processos de falha e frustrações psicológicas, para conduzir o aluno, ou mesmo o professor, sobre o seu processo de desenvolvimento na vida. O gestor ou o psicólogo deve receber os alunos, os pais, os professores, os funcionários, e, se possível, estabelecer normas que devem ser aceitas por todos, para que assim, possa desenvolver a mediação: 1) buscar resolver o problema através da paz; 2) Não aceitar ofensas verbais de nenhuma das partes; 3) Estabelecer tempos iguais para cada um esclarecer o fato ocorrido, sem interrupções; 4) Ser discreto e manter segredo de tudo que lhe foi relatado. Se as partes envolvidas

considerarem que aquele conflito pode se resolver, através do diálogo, um passo para essa resolução já foi dado. E assim, pode-se ter início com o segundo passo que é, justamente, o da escuta ativa.

Cabe ao mediador¹⁰ fornecer um ambiente agradável para que os envolvidos no conflito escolar possam discutir de maneira franca e honesta. Para isso, é preciso deixar falar e não interromper, mas também é possível fazer algumas perguntas para desenvolver a discussão da forma mais lógica possível:

- Pergunte a primeira pessoa: O que aconteceu?E como está se sentindo?

A mesma pergunta deve ser repetida para todas as partes envolvidas no conflito.

O mediador deve ajudar os envolvidos a não criarem um clima de acusações e de pré-julgamento. A ideia é que as pessoas devem se concentrar apenas no problema que estão sofrendo, e porque ele é importante para cada parte. O mediador deve ainda, estimular a capacidade das partes em compreender o ponto de vista da outra parte e evitar ficar procurando culpados.

Nesta primeira parte do processo de mediação as “mensagens-eu” são uma forma simples de dizer o que cada uma das pessoas envolvidas está sentindo. Percebe-se que as “mensagens-eu” ajudam a sensibilizar as pessoas a compreenderem o outro lado, ou seja, o ponto de vista de outra pessoa, a promover um diálogo com a outra pessoa de forma pacífica e respeitando as regras estabelecidas anteriormente pelo mediador.

O contrário das mensagens-eu são às “mensagens-você”, que sempre se iniciam em tom de ofensa. Para isso, começa-se a acusar as pessoas de terem sido o causador de toda aquela situação, gerando assim, o desenvolvimento de um novo conflito. Portanto, num processo de mediação, não se deve aceitar que o mesmo inicie com as “mensagens-você”. Este processo deve iniciar-se através da tentativa de perceber o que cada um, em sua individualidade ou em sua participação no fato como um todo, contribuiu para a origem do conflito.

Para tentar entender essa situação conflituosa vejamos o seguinte exemplo. Imaginemos que o aluno João, morador no bairro de Cruz das Armas, na cidade de João

¹⁰ Utilizamos o termo mediador, mas pode ser enquadrado como psicólogo, diretor, professor, assistente social.

Pessoa, Estado da Paraíba, que estuda no mesmo bairro em uma escola pública estadual. Ele tem 17 anos e faz o 3º ano. Nunca teve nenhuma reprovação e sempre foi um aluno com “comportamento exemplar”. Nesse ambiente, soma-se grande quantidade de alunos envolvidos com o tráfico de drogas, violência e algumas mortes.

Ocorre que um dia, em sala de aula, outro aluno – que vamos chamar de Francisco – com 20 anos de idade, e que por várias vezes foi levado à direção por causa de diversos conflitos com outros alunos. Então nesse dia, ele foi até a direção dizer que presenciou João traficando com outros alunos da escola e que já o tinha visto com atitudes suspeitas diversas vezes.

A direção leva o caso para que a psicóloga e a assistente social estabeleçam um trabalho de mediação. A psicóloga e a Assistente Social decidem, num primeiro momento, não chamarem os pais e conversarem apenas com os alunos. Ouvem as versões de João e Francisco sobre os fatos. A psicóloga pergunta a João “O que aconteceu”? E João respondeu que a direção lhe chamou e afirmou saber, através de denúncias, de que ele estava vendendo alguns pacotes de maconha dentro da escola. Ele, então, retruca dizendo que nunca tinha se envolvido com nenhum tipo de droga, pois seus pais nunca deixaram ele se envolver com pessoas ou coisas erradas, ou seja, “Com um tipo de prática que denegrise a imagem de seus filhos”. Afirmando ainda que: “Sempre meus pais me acompanharam de perto e a senhora sabe disso, pois todo mês minha mãe vem aqui para saber da minha situação escolar”. E disse mais: “muitos dos alunos dessa escola estão envolvidos e até chegaram a me oferecer, porém, eu nunca aceitei, nem nunca falei quem me ofereceu”.

As mediadoras perguntam também a Francisco: “o que aconteceu”? Ele responde que tinha visto João vendendo umas trouxinhas de maconha no corredor da Escola. João tenta interromper a psicóloga, que, no entanto, o lembra das regras iniciais da conversa. Francisco informa que o viu por duas vezes fazendo a mesma coisa. A psicóloga pergunta em seguida quais são os outros alunos envolvidos. Francisco fica sem resposta, diz não conhecer. Então a psicóloga questiona: como é que ele acusa um colega de sala sem saber a quem foi que ele entregou os pacotes de maconha? Ele diz que estava escurecendo e não dava para saber quem realmente era – gaguejando muito.

A partir daí a situação de conflito vai caminhando para uma solução, a da conscientização. Verificou-se que João não era o traficante, e identificou-se a mentira de

Francisco. Passa-se, a partir dessa evidência, a buscar-se entender os motivos que levaram Francisco a falar sobre tal fato, bem como a questioná-lo se ele sentia-se bem com tal postura, para que, sendo o caso, os psicólogos escolares juntamente com sua família, pudessem entender o que seria necessário para consciência do mesmo e o que se faria naquele caso.

3.3 CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ

Supomos que o fato narrado acima, o qual teve João e Francisco como protagonistas, sejam vivenciado diariamente por professores e gestores escolares nos mais diversos bairros de João Pessoa. E a dificuldade maior é a solução do conflito por meio de uma cultura de paz.

Evidenciamos ao longo do presente trabalho que as relações de dominação e poder estão presentes em contextos educacionais. E o que para nós torna-se mais emblemático para a questão é o fato de que o espaço de vivência dos alunos não esteja sendo problematizado no cotidiano, conforme Rosa Godoy (2006) ressalta que: “o passado é transmitido como um tempo acabado e morto que se prolonga no presente histórico”¹¹, ou seja, o passado é demonstrado e transmitido como uma construção distante em que o aluno jamais poderá se apropriar daquela noção.

O conflito é um processo inerente as diferenças sociais e que acaba por mudar e transformar a sociedade em que se vive. E com os alunos da rede estadual de ensino da Paraíba não é diferente, pois estão permeados por esse processo de conflito. E realidades como a violência estão presente diariamente em seu contexto familiar.

Portanto, acredita-se que a repetição de certos fatores a grupos considerados marginalizados são vistos como repetições das gerações anteriores por um processo de apropriação. Ou seja, na medida em que um bisavó foi trabalhador de uma indústria e não vivenciou uma mudança nas estruturas, esse fato vai se repetir até que ocorra a quebra desse tipo de estrutura por algum integrante daquela família.

¹¹ SILVEIRA, Vol.15, jun/dez 2006, p. 13

Os processos de mudança são responsáveis por cada um de nós professores e atores sociais, que temos noção da nossa importância no mundo. E promover a cultura de paz, não está associada a fazer com que se esconda ou que se omitam os conflitos formados na comunidade e no grupo escolar, mas é preciso que sejam desenvolvidos e desencadeados, bem como contextualizados de modo que possam exercer o seu papel no mundo da conscientização coletiva. Sendo assim, o professor não fala para um aluno, mas fala para um grupo de alunos que desenvolvem uma consciência de classe, de gênero, de pessoas portadoras de determinadas características e capazes de modificar o mundo em que vivem.

De acordo com Godoy (2006), o campo do conhecimento histórico é capaz de desenvolver as possibilidades de construção e desconstrução das transformações do mundo e da realidade a nossa volta. Vejamos:

“A História é o campo do conhecimento, não o único, por certo, mas por excelência, que pode ajudar a construir tais possibilidades, pois, sendo seu objeto de repertório das experiências vividas pelas mais diferentes sociedades no tempo, este repertório contém as mais diversas trajetórias percorridas pela espécie humana no enfrentamento de problemas de cada época, muitos dos quais são comuns à várias sociedades e a muitas épocas. Indo mais fundo, este repertório contém as mais diversas trajetórias percorridas no âmbito de cada sociedade, demonstrando que os grupos sociais e as pessoas têm respostas diferenciadas para os seus problemas, às vezes, para um mesmo problema, a depender do seu âmbito relacional.”

Vemos assim que, a construção de uma cultura de paz e de mediação passa inevitavelmente pelo conflito, pois é este quem efetua as transformações do mundo. Não podemos achar que é a partir da cultura da abstenção ou da negligência de fatos históricos ou no dizer de Godoy (2006), “colocando debaixo do tapete¹²” que vamos construir uma cultura de paz, muito pelo contrário, é colocando ele em destaque que podemos construir uma consciência coletiva de mudança e de transformação do mundo. De modo semelhante ao que ocorre no âmbito das relações feministas, não podemos desconsiderar ou ignorar a existência de violência doméstica no âmbito das nossas relações sociais e na medida em que denunciemos, estamos problematizando e evitando que novas mulheres sejam vítimas desse tipo de violência. É àquela velha ideia de que

¹²Op.cit. p. 13

“roupa suja se lava em casa” não pode ser considerada mais como verdade, roupa suja tem que se lavar em todos os lugares, ou seja, os problemas devem ser debatidos até que se possa chegar a uma solução, principalmente quando envolve as relações feministas e os grupos minoritários.

Na mesma escala é quando se envolve a promoção de uma cultura de paz. Demonstramos no início do presente capítulo que, a Escola tem a responsabilidade perante o aluno, de fazer com que ele tenha a noção de cidadania e seja preparado para o mercado de trabalho e para que isso ocorra, é necessário a construção de uma cultura de paz e para a paz, por meio das problematizações de culturas associadas à violência no nosso país, à destruição causada pelas drogas nos diversos âmbitos. Porém, isso é preciso ser colocado em evidência, não só em seminários realizados pela escola, mas na própria sala de aula, para que esta consciência seja formada ao longo dos anos.

Cada aluno tem em si um forte poder de mudança e essa mudança é fundamental no processo de formação e adaptação do aluno, na sua consciência de sala, no seu amadurecimento e principalmente na sua preparação para o mercado de trabalho que logo terá que vivenciar, caso já não esteja enfrentando esse difícil papel pela sobrevivência em nosso país.

4 CONCLUSÃO

A partir de noticiários em rádios e TV, percebe-se que o conflito escolar está presente na realidade das diversas instituições escolares do Estado da Paraíba e de diversos outros lugares, bem como pode ser constatado na escola em que ministro aula e em outras escolas nas quais tenho colegas de profissão lecionando e com os quais convivi durante esse curso de especialização. Daí a necessidade da escola fazer com que os alunos possam vivenciar esse conflito de forma problematizada e, buscamos ao longo do trabalho mostrar que a conscientização passa necessariamente por evidenciar a existência do problema e não de silenciá-lo. Nesse processo, buscamos envolver dois processos fundamentais na compreensão da realidade.

Em um primeiro momento, buscamos encontrar a origem histórica do conflito em sentido amplo, para podermos perceber a origem do conflito na escola e então, conseguirmos perceber que o conflito existe em qualquer relação social que se trave,

pois a alteridade existente na escola é a mesma existente em qualquer outro ambiente de trabalho. No entanto, o que se modifica é a forma como se busca solucioná-los, de modo que possam ter condições de, em algumas circunstâncias, resolver os processos de violência. O que alguns costumam se questionar é que o conflito aparece em meio a circunstâncias que não percebemos normalmente e em instituições que acreditamos ou confiamos como escolas e até Igrejas. Em um segundo momento, buscamos evidenciar a formulação da construção da Escola enquanto instituição no século XIX no Brasil, onde seu processo acompanhou a produção da formação do Estado Nacional e entendê-lo era fundamental. Depois encaramos como solucionar os conflitos em um processo que consideramos importante em sua formação que é o da mediação para que pudesse ser problematizado e por fim, o desenvolvimento de uma cultura de paz que efetivamente evidenciasse a promoção da paz, por meio da problematização histórica de fatos que muitas vezes são esquecidos e colocados em segundo plano, e negado por inúmeras escolas.

E diante desse cenário tentamos defender que a melhor forma de solucionar os conflitos escolares nada mais é do que colocá-los em evidência por meio de questões debatidas em sala de aula. Muitos alunos que mantêm relações com o ambiente de violência têm profunda consciência de sua participação nesse mundo, o que falta efetivamente é o incentivo e o seu processo de desenvolvimento como cidadão consciente na atual sociedade. A escola é o lugar de construção de seres humanos e não há lugar melhor para a desconstrução de um ambiente de violência nas famílias, nos bairros e na sociedade do que a escola, que valoriza a dignidade da pessoa humana e promove a construção de uma sociedade justa e fraterna para todos, valorizando o bem comum, a paz e a justiça social.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Violência nas escolas Miriam Abramovay et alli - Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

_____. Escolas Inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas Miriam Abramovay et alli - Brasília: UNESCO, 2003.

ANANIAS, Mauriceia. A ESCOLA PÚBLICA PÚBLICA DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA BRASILEIRA. PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE: 1822-1849. IN.: PINHEIRO, Antonio Carlos (Org.) ; CURY, C. E. (Org.). Histórias da Educação da Paraíba: rememorar e comemorar - Edição Comemorativa dos 20 anos do HISTEDBR-PB. 1. Ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2012. V. 1.

BLIN, Jean-François Classes Difíceis: ferramentas para prevenir e administrar os problemas escolares trad. Sandra Loguercio - Porto Alegre: Artmed, 2005.

CAMACHO, L. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes Educação e pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, pg. 123-140, jan a jun/2001

CASTRO, M. G. O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventude no Brasil: leituras singulares in NOVAES, R. R.; PORTO, M.; HENRIQUES, R. (orgs) Juventude, cultura e cidadania. Comunicações do ISER, ano 21, edição especial, p. 63-90, 2002.

CIAMPA, A. C. Identidade. Em Lane, S * Codo, W. (orgs) Psicologia social: o homem em movimento (p. 59 a 75) São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão de conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 15, p. 11-28, 2007, p. 23.

DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto Educação e pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, pg. 163-193, jan a jun/2001.

_____. Violência nas escolas e políticas públicas Org Eric Debarbieux e Catherine Blaya - Brasília: UNESCO, 2002.

DISKIN, L. Paz, como se faz?; Semeando cultura de paz nas escolas Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, UNESCO, Associação Palas Athena, 2002.

FEIZI, M. Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão EDUCAR EM REVISTA, nº 15 (Dossiê Crianças e Adolescentes Excluídos: Ações e Reflexões), p. 101 - 114, Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba.

FEIZI, M. Cultura de paz e ambiências saudáveis em contextos educacionais: a emergência do adolescente protagonista Educação Porto Alegre - RS, ano XXIX, n. 2 (59), p. 369 - 386, Maio/Ago. 2006.

GUIMARÃES, A. A dinâmica da violência escolar: conflito e ambiguidade Campinas: autores associados, 1996.

LOPES, C. S. GASPARIN, J. L. Violência e conflitos na escola: desafios à prática docente Acta Scientiarum Human and Social Sciences Maringá, v. 25, n. 2, p 295-304 / 2003.

MARRIEL, L. C. et al Violência escolar e auto-estima de adolescentes Caderno de pesquisa, v. 36, n. 127, pg. 35-50 / jan-abril/2006.

MILANI, F. Tá Combinado: construindo um pacto de convivência na escola Salvador: Editora P&A, 2ª. Edição, 2005.

MOSCOVICI, F. A. Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo 10ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

NJAINÉ, K. MINAYO, M. C. S. Violência nas escolas: identificando pistas para a prevenção Interface-Comunic., Saúde e Educação, v. 7, n. 13, p 119-134, agosto/2003.

OSÓRIO, L.C. Violência na Contemporaneidade: Uma Abordagem Bio-psico-social. in ARRIETA, G.A et al. A Violência na Escola. Canoas. Editora Ulbra, 2000.

PINSKY, Jayme. As Primeiras Civilizações. São Paulo:2010, contexto.

PORRO, B. La resolution de conflictos em el aula Buenos Aires: Paidós Educador, 1999.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil Educação e pesquisa, São Paulo, v. 27, n.1, pg. 87-103, jan a jun/2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Silveira. De como o ensino de História constrói a paz...Dos cemitérios e assim, serve a guerra. In.: SAECULUM. REVISTA DE HISTÓRIA. Vol. 15, jul/dez, 2006, p. 15.

VASCONCELOS, M. (In) disciplina, escola e contemporaneidade Niterói: Intertexto; São Paulo: Ed. Mackenzie, 2001.

VEZZULA, J. C. Teoria e prática da mediação Curitiba, J. C. Vezzula, 1998.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 16, n. 45, fev/2001.

ZALUAR, A. Violência e educação São Paulo: Ed. Cortez, 1994.